

COMUNICADO CONJUNTO Nº 02 - 15 DE SETEMBRO DE 2011



FNP



UNAPPORTUS

Conforme informado no COMUNICADO anterior, no dia (6/set), estivemos reunidos em audiência no Ministério da Previdência e Assistência Social. Pelo Ministério estiveram presentes: o Ministro Garibaldi Alves Filho, o Secretário Executivo Carlos Eduardo Gabas. Pela PREVIC; o Diretor-Superintendente, José Maria Rabelo, o Secretário de Políticas de Previdência Complementar, Jaime Mariz de Faria Júnior e o Diretor de Fiscalização, Manoel Lucena dos Santos. Pela Federação Nacional dos Portuários estiveram presentes: o Presidente, Eduardo Lírio Guterra, o Secretário Geral, José Renato Inácio de Rosa, o representante dos portuários de Natal Manoel Alves Neto, o Presidente da Associação de Participantes e Assistidos do Portus de Santos, Odair Augusto Oliveira, a Assistente Jurídica, Marcelise de Miranda Azevedo e a Assistente de Comunicação, Fernanda Maria Araújo.



Foto: Nicolas Lira Gomes (MPAS)

Pela parte do governo, todos foram unânimes em afirmar que não há qualquer intenção do governo em liquidar o PORTUS e sim, saneá-lo. Afirmaram que não há indícios de desvio ético por parte da Diretoria afastada pela intervenção e, que uma “possível” liquidação, só poderá ocorrer se ao final da intervenção o relatório do interventor provar que não existem alternativas.

Tudo isso ocorreu após a explanação da nossa bancada, que detalhou passo a passo a história e o porquê da atual situação do Portus ao Ministro e a todos os presentes. Foram entregues vários documentos que comprovam a verdadeira causa do déficit atuarial do plano de benefícios (PBP1).

Pontuamos que a comunidade portuária entendeu que a intervenção foi uma medida extrema, que poderia ter sido resolvida através do diálogo. Cobramos do Governo o repasse dos 150 milhões, prometido Presidente Lula, e, solicitamos providências imediatas.



Foto:Nicolas Lira Gomes (MPAS)

O Superintendente da PREVIC, Jose Maria Rebelo, alegou que uma Administração Especial já tinha sido adotada em 2002 e não resolveu o problema, descartando assim a reivindicação da FNP. Reafirmou que a Intervenção tem como objetivo resguardar o direito dos Assistidos e Participantes, e que podíamos ficar tranquilos que todos os Ministérios envolvidos, inclusive a Presidenta Dilma, não querem a liquidação do PORTUS. O bloqueio de Contas da Direção e dos Conselheiros é uma medida exigida pela legislação previdenciária.

Lembrou que os Trabalhadores, por meio de suas representações, vão acompanhar de perto todos os passos da intervenção, através da Portaria n.º 165, de 5 de setembro de 2011, da Secretaria de Portos, que nomeou os membros do governo e dos trabalhadores, publicada no Diário Oficial da União (6/set/2011).



Foto:Nicolas Lira Gomes (MPAS)

Por fim, informamos que, apesar das conversas estarem sendo em nível de excelência, estamos realizando mobilizações com os trabalhadores e também, junto aos Parlamentares. Alertamos que a **derrota** do sistema PORTUS, Fundo Patrocinado por empresas públicas federais que atuam numa atividade importante para a sustentabilidade da nossa economia e responsáveis pelos investimentos do PAC em infra-estrutura portuária, seria uma **derrota** para todo o sistema portuário nacional.

Reunião com o Interventor do PORTUS



Da esquerda para direita Guy Fontgalland (SEP), José Crespo (Interventor) , Jefferson (PORTUS), Mário Lima(SEP), Eduardo(FNP)

A primeira reunião da Comissão criada para acompanhar a Intervenção foi realizada na última quarta-feira (14/09), coordenada pelo Secretário Executivo da

SEP, Mário Lima, e tendo como participantes o interventor, nomeado pela PREVIC, José Crespo e Dr. Jefferson Cunha (PORTUS), Guy de Fontgalland (SEP), José Lopes Feijó (Secretária Geral da Presidência da República) Eduardo Lírio Guterra (FNP), Dra. Marcelise Azevedo (Assessora da FNP) e Odaír Augusto (UNAPPORTUS).



Da esquerda para direita Mário Lima (SEP), Feijóo (SGPR), Eduardo, (FNP), Odaír (UNAPPORTUS)

- Cobramos celeridade para que fosse resolvida a questão do bloqueio dos bens dos Diretores e Conselheiros(as) afastados, já que todos são empregados(as) ou Aposentados, portanto, recebem salários ou benefícios. Falamos do constrangimento e que este fato pode inviabilizar inclusive o convívio social dos mesmos. Os companheiros e companheiras estariam sendo penalizados por más gestões anteriores, e a própria auditoria da PREVIC, realizada no final do ano passado não apontou irregularidades na Gestão do Fundo.
- O interventor disse ter entendido e que iria conversar internamente na PREVIC para tentar apressar uma decisão sobre o assunto, mas que a legislação exige esta medida.
- Foi solicitado junto a SEP, a realização de uma reunião com as empresas Patrocinadoras, para que haja também acompanhamento de perto do assunto e parassem de buscar alternativas para fugir de suas responsabilidades, já que são as causadoras da atual situação.
- Debatesmos a retomada da democracia e a recomposição da Direção e dos Conselhos, para que o fundo retorne aos seus interessados.

- Após esses relatos e expectativas de todos, expomos os pontos colocados pelo interventor que entendemos ser relevantes:

a) Os Portuários não teriam sustos com ele, pois seu objetivo será de resguardar os direitos dos Participantes e Assistidos, dada a situação de insolvência do nosso Plano de Benefício;

b) Elogiou a criação da Comissão, se comprometendo a trabalhar com harmonia e transparência com a SEP e os membros da Comissão. Se houver necessidade de qualquer informação, poderá ser solicitada Por escrito.

c) Comunicou que contrataria uma auditoria para aferir o déficit calculado no balanço de 2010 até o mês de Junho de 2011. E que estava discutindo a redução dos custos de contratos e usaria muito o trabalho realizado pela Diretoria anterior. Inclusive, privilegiou os empregados do Portus

d) Informou que trabalharia com a perspectiva de apontar, ao final do prazo da intervenção, propostas de correção do déficit atuarial no seu relatório, o que saldaria o Plano de Benefícios (PBP1).



Reunião com o Interventor do PORTUS

Na reunião com a SEP para tratarmos do Acordo Coletivo 2011, fomos informados pelo Dr. Mario Lima que os R\$ 150 milhões restantes da promessa do Presidente Lula, serão repassados em três vezes, final de setembro, outubro e novembro. Esse fato, embora não resolva o problema maior, significa uma sinalização importante para o processo de recuperação do nosso fundo.

Ficando finalmente acordada a próxima reunião no dia 26 de outubro, quando o Interventor apresentará um cronograma de todo o trabalho a ser realizado.



Reunião com a FNP e Sindicatos Filiados

A Semana foi intensa em Brasília, a FNP e os sindicatos estiveram no Congresso Nacional, relatando as dificuldades da questão do PORTUS e do ACT e solicitamos apoio. Ficou encaminhado o pedido de audiência com a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e a possibilidade de criação da Frente Parlamentar em Defesa do PORTUS.



Reunião com a Senadora Ana Rita

Finalmente, e utilizando-se de todas as ferramentas próprias do campo sindical, as representações sindicais tanto a nível regional como nacional, encerram a semana de atividades na Capital Federal, confiantes de que até o próximo dia (23/set), teremos uma resposta positiva da nossa ação, principalmente, no que diz respeito ao fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), 2011/2012.



Reunião com o Senador Lindbergh Farias



Reunião com o Senador Paulo Paim



A Direção